



VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

RELATO TÉCNICO

**PROGRAMA DE INTERNATO EM ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO MUNICIPAL – PRINAGEM UMA AVALIAÇÃO DAS
PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DA PARCERIA EG-FJP/AP-
UFLA**

**GUSTAVO COSTA DE SOUZA, GABRIELLY FERNANDES RIBEIRO, BEATRICE CORREA DE
OLIVEIRA, CAMILA MARIA RISSO SALES**

GT 7 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RELATO TÉCNICO

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal - Prinagem: uma avaliação das primeiras experiências da parceria EG-FJP/AP-UFLA

Resumo: Este relato técnico tem como objetivo realizar uma 'avaliação da avaliabilidade' (*assessment evaluation*) (JANNUZZI, 2016:13; ROSSI, 2019:130) do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem). A análise é delimitada a partir da 9ª edição em que a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro passou a realizar o Programa em parceria com o curso de bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras. Trata-se de uma avaliação *in itinere*, considerando que a 11ª edição estava em execução no momento da redação deste relato. Neste sentido, procuramos descrever e analisar alguns dados preliminares coletados a partir de análise documental, de pesquisa bibliográfica e dos depoimentos de coordenadores e gestores do programa nas instituições de ensino. Objetiva-se sistematizar os dados a respeito das demandas apresentadas pelos municípios participantes e dos produtos desenvolvidos durante as três últimas edições, além das percepções dos agentes envolvidos com o programa. Por fim, buscou-se propor um primeiro esboço da Teoria do Programa Prinagem, que contou também com a observação participante das autoras.

Palavras-chave: Extensão Remota. Imersão. Avaliação. Problemas Públicos. Gestão Municipal.

1. Introdução

O Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem) consiste em uma atividade de extensão universitária, em que estudantes de graduação em Administração Pública prestam assessoria técnica às prefeituras municipais de Minas Gerais, em áreas como planejamento e gestão de políticas públicas. Os discentes permanecem por quatro semanas atuando junto a um município, preferencialmente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Neste processo, são orientados à distância por professores e pesquisadores da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG-FJP). A partir da nona edição (junho de 2020) estabeleceu-se uma parceria com o curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (AP-UFLA), passando a integrar docentes e discentes desta instituição. Devido à pandemia do Covid-19, desde então o Prinagem vem sendo realizado totalmente em modalidade remota.

Este relato técnico tem como objetivo realizar uma avaliação *in itinere* das três últimas edições realizadas pela parceria EG-FJP/AP-UFLA. Especificamente, pretende-se modelar a Teoria do Programa do Prinagem, de modo a se realizar a avaliação da avaliabilidade (*assessment evaluation*) (JANNUZZI, 2016:13; ROSSI, 2019:130) do programa, *in itinere*, isto é, enquanto o mesmo está sendo implementado. Por fim, apresenta-se recomendações para o aprimoramento do programa e da parceria.

1.1. Contextualização do Prinagem e metodologia aplicada

O Prinagem é uma atividade de extensão obrigatória da grade curricular do curso de Administração Pública da EG-FJP, desenhado com base em experiências anteriores de imersão municipal. Motivada pela publicação da Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) das graduações em Administração Pública, o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração Pública da EG-FJP foi pautado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reconheceu-se a partir daí a necessidade de uma formação de servidores públicos que, mais do que conhecimentos teóricos, tenham a oportunidade de aprender com a prática, vivenciando diferentes realidades, e, assim, desenvolver habilidades e atitudes necessárias ao cargo de especialista em políticas públicas e gestão governamental.

No âmbito da Universidade Federal de Lavras, o curso de Administração Pública também vem promovendo iniciativas que visam a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão conforme prevêem as DCNs. As últimas inovações da matriz curricular

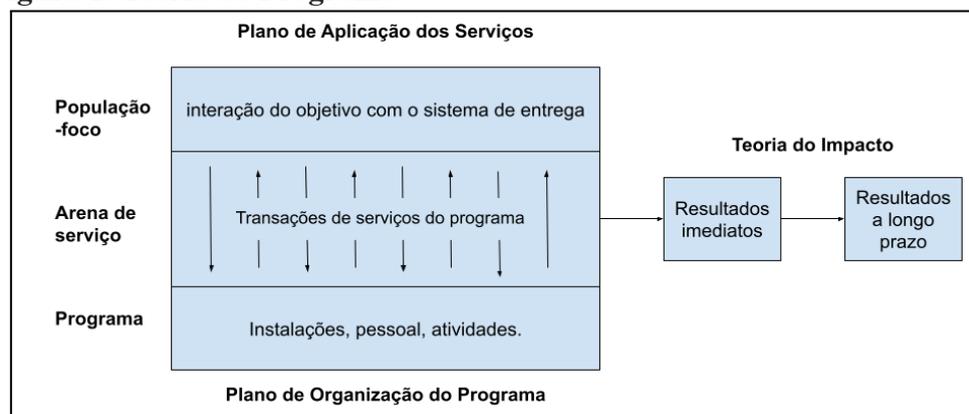
visam a alcançar a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê a atribuição de créditos curriculares às atividades de extensão. A imersão promovida pelo Prinagem tem permitido maior protagonismo da extensão na formação discente, a aproximação junto às administrações públicas municipais, além da interação acadêmica com a EG/FJP.

Pela ótica do ensino, o Prinagem possibilita que discentes vivenciem situações junto às administrações públicas municipais e que permitem colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos, desenvolver habilidades diversas relacionadas a trabalho em equipe, comunicação verbal, capacidade de identificar e resolver problemas e conflitos, e ainda a percepção da complexidade das realidades sociais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020a). Pela ótica da extensão, também objetiva contribuir com o aprimoramento das capacidades de planejamento e de execução de políticas públicas dos municípios mineiros, especialmente os de frágeis indicadores socioeconômicos.

O foco do Prinagem é trazer contribuições para o aprimoramento da gestão municipal a partir de aportes diversos da EG-FJP. A parceria com a AP-UFLA permite uma alavancagem nos resultados das ações desenvolvidas junto às prefeituras e aumentando o alcance para mais municípios, uma vez que ao se somar os discentes e docentes das duas instituições, a capacidade de desenvolvimento de projetos foi multiplicada.

A avaliação da qualidade da conceitualização de um programa é frequentemente referida pela literatura como Teoria do Programa (*program theory*) (Fig. 1). Esta, segundo Rossi *et al.* (2019), é a concepção do que deve ser feito para provocar as mudanças pretendidas a partir de suposições e expectativas que constituem os fundamentos da forma como o programa é estruturado e operado sendo a base sobre a qual todo programa repousa. A avaliação desta teoria requer uma síntese e a articulação da mesma de uma forma que permita a análise. Consiste ainda em avaliar se foi formulado e apresentado um plano plausível e viável para alcançar as melhorias desejadas.

Figura 1. Teoria do Programa



Fonte: Rossi et al., 2019.

A operação do Prinagem é coordenada pela Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo (Geri-EG) em articulação com as prefeituras municipais que assinam um Termo de Cooperação Técnica, sem repasse de recursos, junto à EG-FJP e à UFLA. A cada edição são lançados editais para apresentação de candidaturas das prefeituras, seleção e preparação de estudantes que atuarão junto ao município, designação das orientações docentes e contratação do seguro de acidentes pessoais para discentes. Nas edições presenciais, as prefeituras se responsabilizam pelo transporte e estadia. A comunicação interna na prefeitura é feita através da indicação de uma pessoa de referência na administração municipal, que será o tutor da equipe de alunos durante a imersão.

Para a execução do Prinagem, semestralmente ocorrem as seguintes etapas: a) divulgação e inscrição das prefeituras (neste momento, um rol de demandas pré-estabelecidas é disponibilizado no formulário a fim de que as prefeituras indiquem as prioridades); b) publicação do Termo de Cooperação Técnica; c) seleção de discentes e docentes; d) preparação - reuniões preparatórias e elaboração do pré-diagnóstico; e) imersão; f) conclusão: produção de Relatório, resposta dos questionários e apresentação das atividades em Seminário.

Os métodos empregados para a elaboração deste relato partiram da análise documental, que “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (Lüdke *et al.* 1986:38). Como documentação, utilizaram-se os formulários e planilhas derivadas das respostas dos municípios candidatos das três edições foco deste estudo (9º e 10º concluídas e 11ª em curso).

Quadro 1: síntese da 9ª, 10ª e 11ª edições do Prinagem - parceria EG-FJP e UFLA

Ed.	Duração	Municípios atendidos	Equipes	
			EG-FJP	AP- UFLA
9º	Preparação: agosto 2020 Imersão: 08 de setembro a 02 de outubro de 2020.	Andradas, Conquista, Ijaci, Lagoa Dourada e Lavras.	Discentes 6 Docentes 2 Assist. PG 2	Discentes 6 Docentes: 1 Assist. PG 2
10º	Preparação: janeiro 2021 Imersão: 25 de janeiro a 12 de fevereiro de 2021.	Felício dos Santos, Itamarandiba, Itutinga, Rio Preto, Luminárias, Nepomuceno, Piranga e Santo Antônio do Amparo.	Discentes 9 Docentes 2 Assist. PG 2	Discentes 9 Docentes 2 Assist. PG 1
11º	Preparação: junho 2021 Imersão: 12 de julho a 6 de agosto de 2021.	Andradas, Bom Despacho, São Tiago, Pavão, Água Boa, Santo Antônio do Itambé, Imbé de Minas, Novo Oriente de Minas, Ibituruna, Pedra Bonita e Oliveira.	Discentes 15 Docentes 1 Assist. PG 4	Discentes 11 Docentes 3 Assist. PG 2

Fonte: elaborado pelas autoras

Associadamente, empregou-se a pesquisa bibliográfica no intuito de levantar produções e relatos, por meio de referenciais teóricos publicados, que discutem a extensão no cenário pandêmico, a fim de auxiliar a análise da situação e o tratamento das informações obtidas (Bocato, 2006).

Para complementar as informações e análises, foram colhidas impressões das coordenações dos cursos e do Prinagem na FJP e na UFLA acerca dos desafios, pontos positivos e perspectivas da extensão realizada na modalidade remota. O relato conta também com a observação participante das autoras, que participaram em uma ou mais edições. Procurou-se, por fim, entender as possibilidades para a execução de programas e projetos futuros, além da forma virtual, a partir da experiência do Prinagem.

1.2. Extensão no contexto pandêmico

Com o advento do Sars-Cov-2 e sua disseminação pandêmica, a maioria das atividades realizadas de forma presencial sofreu impactos. A mudança na abordagem e execução de atividades acadêmicas foi uma resposta ao cenário. No caso da extensão, houve impacto na forma de interação entre as equipes dos projetos e seus assistidos. Com isso, a utilização das tecnologias e plataformas de comunicação possibilitou que muitos projetos continuassem de forma adaptada, o que ocorreu com o Prinagem a partir da 9ª edição.

A atividade extensionista em tempos de pandemia é marcada pela readaptação tanto de discentes quanto de docentes e envolvidos. Neste âmbito, Nascimento *et al.* (2020) trazem

a ideia do uso das tecnologias como auxiliares no processo de adaptação ao novo cenário, contribuindo como um canal auxiliar para que a extensão cumpra com seu compromisso social. Mesmo perdendo parte de sua capacidade de ação, a relação estabelecida pela extensão através das plataformas online foi a principal forma encontrada para realizar as atividades, driblando assim o ambiente e condições não favoráveis à atividade presencial.

Uma das estratégias que desponta para a continuidade da extensão universitária é utilização das redes sociais. A disseminação da informação ganhou mais espaço nas redes sociais no período de isolamento social e nesse sentido Souza e Macedo (2020) destacam o uso das redes sociais como sendo essencial para manter o público atualizado com informações úteis e confiáveis, demonstrando a capacidade de divulgação de informações. Da Rocha *et al.* (2020) consideram que as redes sociais exercem tanto o papel de suporte técnico quanto o de suporte educacional para as atividades extensionistas, o qual auxiliaria na continuidade das atividades. Na décima edição do Prinagem, cerca de 16% dos municípios tiveram o conhecimento do programa via *Facebook*, *Twitter* ou *Instagram* e 20% através de outros meios de comunicação.

Com a mudança do espaço de ação para o ambiente virtual, o uso das redes sociais, a intensificação das plataformas já existentes nas instituições de ensino ou a construção de novos meios para uso interno ou externo constituem o novo conjunto territorial para as atividades extensionistas até que se possa voltar para o presencial ou mesmo realizar de forma híbrida. Assim, Diniz *et al.* (2020) elucidam que esses espaços e, conseqüentemente sua localização, são um dos elementos que auxiliam as universidades a realizarem suas atividades extensionistas, podendo-se considerar essas soluções tecnológicas como forma de contornar as dificuldades para a realização de ações presenciais impostas pela pandemia.

A possibilidade de, futuramente, realizar ações extensionistas de forma híbrida aumenta os espaços de ocupação e de realização das atividades, otimizando não apenas seus resultados, mas também seu alcance. Nesta perspectiva, Nunes *et al.* (2021) reforçam o uso das redes sociais como condutor de possibilidades, ou seja, como meio de alcançar um público maior aumentando o número de beneficiários comparativamente às atividades realizadas exclusivamente de forma presencial. Para Tassoni *et al.* (2020), a realização remota daquilo que antes era realizado de forma presencial reforçou a capacidade de adaptação e aprendizado mútuo, pois incentivou a compreensão das necessidades e a adaptação da resposta às demandas, mesmo que de forma diferente do executado em tempos comuns.

2. Relato da Experiência

A 9ª edição do Prinagem começou a ser preparada em junho de 2020 e foi considerada como piloto para adaptação ao formato virtual e implementação da parceria entre FJP e UFLA. Neste caso, os municípios envolvidos participaram a convite e as demandas foram acordadas. No caso da 10ª e da 11ª edições, estas foram levantadas de modo mais sistemático, a partir de um formulário preenchido pelos municípios que se candidataram.

2.1. Da categorização das demandas e da seleção dos municípios

A seleção dos municípios iniciou-se com a publicação dos editais A candidatura se deu através do preenchimento de dados básicos nos formulários de inscrição disponibilizados pela GERI-EG. Os dados coletados por meio destes permitem a identificação do município e do contato da pessoa que realizou a inscrição. Colhe informações sobre a forma com que o município tomou conhecimento do Programa, e pede para que este indique dentre as

atividades pré-definidas quais seriam desenvolvidas durante a imersão. Quanto às atividades, há a opção “outros” para que a gestão municipal possa indicar livremente algum problema não contemplado no formulário.

Ao escolher as atividades, o município deve descrever a motivação e o contexto que o levaram a apresentar tal demanda. O objetivo é levar o representante do município a apresentar elementos adicionais que permitam a equipe conhecer o desafio a ser trabalhado para se definir se será possível atender a demanda apresentada.

As opções elencadas são fruto da experiência adquirida nas edições precedentes. Ficou demonstrado que não apresentar opções aos municípios dificultava a primeira aproximação. A manifestação de interesse em participar do Programa, raramente vinha acompanhada de uma proposta de trabalho clara e compatível com as premissas do Programa, especialmente quanto à complexidade e ao tempo. A seleção dos municípios é realizada pela GERI-EG em diálogo com as coordenações dos cursos e considerando os interesses dos estudantes quanto à área de atuação e às atividades que gostariam de desenvolver. Sendo assim, em alguma medida, o corpo acadêmico tem a liberdade de indicar os municípios com os quais desejam trabalhar.

Entretanto, a GERI-EG indica que sejam priorizados municípios de pequeno porte que apresentam baixos indicadores socioeconômicos e maior escassez de recursos financeiros e técnicos. Desta forma, a composição final se dá sempre que possível por meio de uma conciliação de diversos fatores, em um arranjo de certa complexidade, que vai desde a capacidade de orientação, da rede de atuação das instituições envolvidas até a aproximação entre a demanda do município, o interesse e a expertise da equipe.

Uma inovação implementada na 11ª edição do Prinagem foi a parceria junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), responsável pela realização do "Programa Percursos Gerais – Trajetória para Autonomia". Este é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais que busca reduzir as diversas formas de vulnerabilidade social a partir de uma ação intersetorial destinada às cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) no estado.

Nesse sentido, na 11ª edição foram destinadas 50% das vagas aos municípios foco do Programa Percursos Gerais¹ com o objetivo de oferecer apoio técnico-gerencial às prefeituras a fim de contribuir para a melhoria da gestão e com o combate das múltiplas vulnerabilidades nesses territórios.

Assim, as três edições, objeto deste relato, tiveram diferentes procedimentos de seleção e composição do grupo de municípios atendidos. Isso se deu devido às especificidades contextuais tanto determinadas pela pandemia quanto pela capacidade de ação do programa.

2.2. Da categorização e análise das demandas apresentadas pelos municípios

Para categorizar as demandas, foram levadas em consideração a frequência da escolha e as observações apresentadas pelas prefeituras. No caso da 9ª edição, as demandas foram acordadas junto aos municípios, sem indicação de prioridades (Quadro 2). Na 10ª e na 11ª edições o município deveria indicar duas opções de demandas, separadamente, com observações, direcionamentos e os problemas a elas vinculados (Quadro 3).

No primeiro contato da equipe Prinagem com o corpo técnico local as demandas foram discutidas, a fim de envolver as prefeituras no processo de construção de caminhos

¹ São 73 municípios, distribuídos em 12 regionais de MG. Sobre a concepção e metodologia do Programa Percursos Gerais consultar: http://www.setascad.mg.gov.br/images/Gabinete/Caderno-Percursos-Gerais_Diagramado_v2.pdf

para a resolução dos problemas. Sendo assim, as demandas foram tratadas e refinadas ao longo das reuniões preparatórias com os respectivos representantes da gestão, juntamente com as equipes acadêmicas, com o intuito de pactuar os produtos a serem desenvolvidos durante a execução do projeto. Estes momentos foram importantes para o desenvolvimento da abordagem que seria dada à demanda, servindo como pano de fundo para a idealização das propostas por parte da equipe responsável.

Quadro 2: demandas municipais 9º edição prinagem

Município	Demanda
Andradas	Suporte para Gestão de Estoques
Conquista	Desenvolvimento de uma Carta de serviços
Ijaci	Carta de serviços para a secretaria de saúde
Lagoa Dourada	Suporta à Secretaria de Educação
Lavras	Estruturação de uma modelo de monitoramento e avaliação do projeto de implantação do ensino remoto em Escolas Públicas do município

Fonte: elaborado pelas autoras

No caso da 10ª e 11ª edições, as prefeituras puderam escolher duas dentre dez opções pré-estabelecidas, podendo hierarquizá-las, de acordo com suas necessidades e especificidades.

Quadro 3: Comparativo de demandas pré-estabelecidas - Continuidade e substituição de opções de demandas da 10º e 11º Edições do Prinagem

10º Edição	11º Edição
Apoio à elaboração de lei orçamentária	Mantido
Apoio à processos de Gestão de Pessoas (Diagnóstico de Clima Organizacional, Apoio na elaboração do plano de cargos e salários)	Mantido
Diagnóstico da Gestão Municipal	Mantido
Estudo e proposição de melhorias de serviços e políticas públicas	Mantido
Ofertas de oficinas para servidores, secretários municipais, conselheiros de políticas públicas; Ofertas de oficinas para a população	Mantido
Assessoramento no desenvolvimento de política pública para geração de renda para a população em situação de vulnerabilidade	Mantido
Apoio em processos de Gestão de estoques	Mantido
Transformação dos serviços municipais com foco na Política de Simplificação	Substituído: Captação de recursos ICMS
Treinamento em otimização da administração pública municipal	Substituído: Oferta de oficinas nas escolas
Mapeamento e desenho dos processos de licitações e compras	Substituído: Apoio na elaboração de projetos para captação de recursos em outras esferas de governo, empresas, organizações sociais nacionais e internacionais, entre outras

Fonte: elaborado pelas autoras

Levando em consideração a análise dos documentos que correspondem ao compilado de informações adquiridas para a execução das edições mencionadas, o Quadro 4 aponta a incidência de escolha entre as sete demandas comuns entre as duas edições. O quadro apresenta a descrição da demanda, a incidência por edição, sendo Prinagem 10 (P10) e Prinagem 11 (P11) e o grau de prioridade dado a elas pelos municípios, sendo demanda 1 (D1) e demanda 2 (D2).

Quadro 4: Incidência de escolhas entre 1ª e 2ª demandas nas edições 10º e 11º

Demanda	Incidência			
	P10 D1	P10 D2	P11 D1	P11 D2
Estudo e proposição de melhorias de serviços e políticas públicas	6	5	6	4
Diagnóstico da Gestão Municipal	4	7	2	6
Apoio em processos de Gestão de Pessoas (Diagnóstico de Clima Organizacional, Apoio na elaboração do plano de cargos e salários)	2	3	7	5
Oferta de oficinas para servidores, secretários municipais, conselheiros de políticas públicas	2	5	4	8
Apoio à elaboração de leis orçamentárias e planos municipais	1	2	8	3
Assessoria no desenvolvimento de políticas públicas com foco na geração de renda para população em situação de vulnerabilidade	1	0	4	7
Apoio em processos de Gestão de estoques	0	1	1	0

Fonte: elaborado pelas autoras

Entre as opções que foram substituídas no formulário de um ano para o outro, estas apresentam índices de procura diferentes. Considerando a proporção de 25 municípios na décima e 55 na décima primeira edição, a substituição ocasionou resultados distintos. O Quadro 5 demonstra a diferença entre a procura, de acordo com as substituições de proposta de escolha tanto para primeira quanto para segunda opção de demanda.

Quadro 5: Diferença entre demandas escolhidas na 10º edição e suas substitutas na 11º edição

10º Edição	Demandas	Nº	11º Edição	Demandas	Nº
	Treinamento em otimização da administração pública municipal	1		Apoio na elaboração de projetos para captação de recursos em outras esferas de governo, empresas, organizações sociais nacionais e internacionais, entre outras	37
	Transformação dos serviços municipais com foco na Política de Simplificação	5		Captação de recursos ICMS	1
	Mapeamento e desenho dos processos de licitação e compras	3		Oferta de oficinas nas escolas	1

Fonte: elaborado pelas autoras

As demandas apontadas no Quadro 5 demonstram que trocar uma das outras três opções elencadas da décima edição por “Apoio na elaboração de projetos para captação de recursos em outras esferas de governo [...]” foi um ponto positivo, pois demonstrou grande procura. Considerando apenas as primeiras demandas, tal foi opção para 24 dos 55 municípios inscritos, demonstrando 43,63% dentre as opções de escolha como primeira demanda e 23,63% como segunda opção.

Por outro lado, a substituição de “Transformação dos Serviços Municipais com Foco na Política de Simplificação” e “Mapeamento e Desenho dos Processos de Licitação e Compras” pelas opções “Captação de Recursos ICMS” e “Oferta de Oficinas nas Escolas”

não apresentou êxito. Considerando a proporção do número de municípios inscritos, a frequência de escolha das opções antigas é superior se comparadas com as que foram colocadas em seus lugares. Considerando a proporção mediana entre as duas opções, temos: 4 para 25 (10º ed.) e 1 para 55 (11º ed.), ou seja, em média quatro dos municípios da 10ª edição escolhiam uma ou outra dentre as dez opções gerais e na 11ª apenas um dos municípios escolheu uma das duas opções dentre as dez disponíveis.

2.3. Análise dos produtos desenvolvidos

Levando em consideração que a décima primeira edição está em andamento, serão analisados apenas os produtos desenvolvidos a partir da 9ª e 10ª edições. Sendo assim, a análise se dará através do comparativo entre os produtos gerados nas duas edições. Após os apontamentos das demandas e produtos no quadro a seguir, será feito comparativo analítico dos produtos desenvolvidos.

Quadro 6: Síntese de demandas e produtos da 9º e 10º edições Prinagem

Ed.	Município	Demandas	Produto
9º	Andradas	Suporte para Gestão de Estoques	Diagnóstico analítico e proposição de melhoria.
	Conquista	Desenvolvimento de uma Carta de serviços	Estratégias para melhorias nos processos de compras e do processo de arrecadação.
	Ijaci	Carta de serviços para a secretaria de saúde	Mapeamento e proposição de melhorias dos processos de trabalho e gestão de estoques.
	Lagoa Dourada	Suporte à Secretaria de Educação	Carta de serviços e Curso de Fomento à Participação Cidadã na Educação.
	Lavras	Estruturação de uma modelo de monitoramento e avaliação do projeto de implantação do ensino remoto em Escolas Públicas do município	Relatório de análise a respeito da implantação do Ensino Remoto Emergencial nas escolas municipais.
10º	Felício dos Santos	Oferta de oficinas para servidores e correlatos (d1) e Estudo e proposição de melhorias de serviços e políticas públicas (d2)	Capacitações sobre licitação e compras, e ainda contribuíram para a estruturação dos Conselhos de Políticas Públicas.
	Itamarandiba	Assessoria no desenvolvimento de políticas públicas com foco na geração de renda para população em situação de vulnerabilidade (d1) e Estudo e proposição de melhorias de serviços e políticas públicas (d2)	Suporte para o desenvolvimento de uma política pública municipal para geração de renda de mulheres em situação de vulnerabilidade.
	Itutinga	Oferta de oficinas para a população (d1) Apoio em processos de gestão de estoques (d2)	Melhoria dos processos de gestão de estoques e Oficinas a serem ofertadas para os jovens do Ensino Médio.
	Luminárias	Apoio em processos de Gestão de Pessoa (d1) e Oferta de oficinas para servidores e correlatos (d2)	Revisão do formulário de Avaliação de Desempenho da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer - SEMEC. Além disso e proposta de um Plano de Metas.
	Nepomuceno	Transformação dos serviços municipais com foco na Política de Simplificação (d1) e Estudo e proposição de melhorias de serviços e políticas públicas (d2)	Fluxograma do processo de aquisição, bens e serviços na dispensa e compras diretas e processo de aquisição, bens e serviços nas licitações simplificadas e cartilha explicativa sobre todo o processo de compras públicas municipais.
	Piranga	Mapeamento e desenho dos processos de licitação e compras (d1) e Diagnóstico da Gestão Municipal (d2)	Diagnóstico sobre a estrutura, gestão e fluxos na Secretaria Municipal de Obras.
	Rio Preto	Diagnóstico da Gestão Municipal (d1 e 2)	Material informativo e estruturação em conjunto com os servidores do setor 2 fluxogramas.
	St. Antônio do Amparo	Estudo e proposição de melhorias de serviços e políticas públicas (d1) e Diagnóstico da Gestão Municipal (d2)	Proposição de melhorias como um formulário para padronização das demandas através de um formulário, estratégias de comunicação à população sobre o processo e as formas de atendimento. Foi estruturada uma cartilha com informações sobre o que é e como funciona a Ouvidoria, as etapas necessárias para a implantação de uma Ouvidoria Municipal.

Fonte: elaborado pelas autoras

Comparando as demandas levantadas pelos seis municípios convidados para a nona edição no ano de 2020 e as demandas dos oito municípios sorteados da décima, no ano de 2021, a única demanda convergente é a relacionada à gestão de estoque (Apoio em processos de Gestão de Estoques). Os produtos foram: 1) melhoria dos processos de gestão de estoques e 2) mapeamento e proposição de melhorias dos processos de trabalho e gestão de estoques. Desta maneira, foram propostos produtos semelhantes por diferentes grupos.

2.4. Esboço de uma Teoria do Programa para o Prinagem

A partir da análise dos dados compilados nos quadros anteriores, podemos agora esboçar uma primeira síntese da Teoria do Programa para o Prinagem, considerando a parceria entre a EG-FJP e a AP-UFLA (Fig. 2).

Figura 2. Teoria do Programa Prinagem



Fonte: elaboração das autoras, a partir de Rossi et al. 2019.

A Teoria do Programa para o Prinagem esquematiza as interações entre as equipes acadêmicas e as das prefeituras e entre as demandas apresentadas e os produtos desenvolvidos, resultando nos impactos imediatos e visados a longo prazo.

3. Recomendações e considerações finais

Este trabalho buscou, primeiramente, realizar uma avaliação da avaliabilidade (*assessment evaluation*) do Prinagem e, conseqüentemente, auxiliar no aprimoramento do programa para as próximas edições da parceria EG-FJP/AP-UFLA. Para as considerações finais e recomendações, alguns pontos importantes foram mencionados nas impressões colhidas junto às coordenações envolvidas nas edições analisadas. Além dessas, há também uma breve análise da perspectiva dos discentes mediante suas maiores dificuldades durante a execução do projeto.

Nas impressões relatadas pela coordenação da AP-UFLA figuram as dificuldades impostas pelo trabalho remoto, com destaque para: o acompanhamento da vivência da gestão municipal; a comunicação lenta ou defasada; e o monitoramento e acompanhamento da implementação dos produtos. As dificuldades impostas pela burocracia dos processos internos e externos para a formalização dos termos de acordo também necessitam de um alinhamento das instituições envolvidas para maior agilidade.

A gerência da GERI-EG-FJP aponta que a imersão de forma presencial permite a vivência junto aos servidores do município, e, portanto, um contato mais frequente que acelera o processo de construção conjunta do trabalho a ser realizado. O formato remoto, no entanto, limitou as possibilidades de espaços de observação e aprendizagem pela vivência a momentos formais das reuniões remotas, trocas de mensagens e arquivos por email ou aplicativos de comunicação. Tal adaptação reposicionou os aprendizados esperados, apresentando aos estudantes desafios de comunicação, necessidade de criar um espaço de confiança em menor tempo e intensidade de contato junto às prefeituras. Por outro lado, o

formato remoto permitiu que professores e coordenação do Prinagem tivessem oportunidade de acompanhar de forma mais próxima a realização das atividades, já que no formato presencial apenas os alunos estão no município e os professores acompanhavam as atividades a distância.

Sobre as possíveis aplicações futuras do programa, houve a ênfase da possibilidade de extensão da cobertura e aplicação do Prinagem, como também adoção da obrigatoriedade na grade curricular de atividades extensionistas de residência em Administração Pública na AP-UFLA, tal como já ocorre na EG-FJP, o que seria facilitado por meio da rede de municípios articulada nessas últimas edições. Outro ponto relevante é a ideia de continuidade do programa para além de suas atividades existentes. Essa rede de municípios é uma abertura de caminhos para novas parcerias não apenas para os discentes de forma isolada mas também com empresas juniores, núcleos e outras instituições internas à universidade, considerando que o público em si é heterogêneo e com diferentes demandas.

Pela EG-FJP, a coordenação das atividades de extensão apontou a possibilidade de compartilhar a metodologia do Prinagem e prestar suporte a mais instituições do Campo de Públicas que tenham interesse conhecer a dinâmica desta atividade de imersão e de trabalhar de forma conjunta atendendo não apenas municípios de Minas Gerais, mas também de outros estados brasileiros. Uma aplicação futura pensada é, inspirado no Programa Conexão Local da Fundação Getúlio Vargas, realizar o mapeamento de boas práticas em gestão pública e a organização de atividades de estudo e imersão junto a organizações governamentais e não governamentais para observação, entrevistas e relatórios de experiências bem sucedidas de gestão pública.

Na visão do corpo discente, uma das maiores dificuldades encontradas foi relativa à comunicação, principalmente com as prefeituras. O alinhamento das demandas também foi mencionado, pois muitas vezes os municípios, principalmente os de pequeno porte, demonstravam dificuldades em explicitar suas demandas de forma clara e de acompanhamento das atividades dos discentes. Este ponto merece atenção para aprimoramentos na formulação do Prinagem na modalidade remota.

Considerando que somente as edições executadas de forma totalmente remota foram analisadas, alguns dos problemas apresentados poderiam ser mais facilmente resolvidos na modalidade presencial, entretanto deve-se considerar as adversidades da conjuntura e adequar as ofertas possíveis para futuras edições. A realização do projeto de forma remota, no entanto, foi considerado como um fator positivo, pois permite alcançar municípios mais longínquos e com recursos insuficientes para viabilizar o deslocamento e estadia de discentes.

Uma possível via de superar as dificuldades relatadas sobre a comunicação com as prefeituras, conforme apontado na pesquisa bibliográfica, pode se dar a partir da intensificação da utilização das redes sociais, tanto para a comunicação direta com as prefeituras, mas sobretudo para a difusão dos produtos desenvolvidos pelas equipes. Ações neste sentido permitiram ampliar o alcance do programa, mobilizando mais agentes e, além disso, manter um repositório mais acessível com a memória das edições do Prinagem.

Para as futuras edições pode-se focalizar em produtos viáveis específicos para modalidade remota, como oficinas, treinamentos, capacitações e diagnósticos previamente elaborados para esta finalidade. Pode-se também desenvolver uma proposta de formato híbrido que possibilite que mais municípios venham a receber a assessoria, bem como aumentar a gama de prefeituras assistidas pelas instituições.

4. Referências

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na Área Odontológica e o Artigo Científico Como Forma de Comunicação. *Revista Odontológica Univ. Cidade de São Paulo*, São Paulo, 2006, v.18, n.3, p.265-274.

DA ROCHA, C. R., MOREIRA, A. P. A., DA SILVA, L. R., SANTOS, I. M. M. DOS, BARBOSA, M. N., BITTENCOURT, G., & FEITOSA, I. B. A utilização das redes sociais como estratégia para continuidade da extensão universitária em tempos de pandemia. *RAÍZES E RUMOS*, 8(1), 261–269, 2020. Recuperado de <http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/10288>

DINIZ, Emily G. M.; SILVA, Adriana M.; NUNES, Paulo H. V.; FRANCA, Wilza W. M.; ROCHA, João V. R.; SILVA, Débora V. S. P.; SANTOS, Victor H. B. A extensão universitária frente ao isolamento social imposto pela COVID-19. *Brazilian Journal of Development.*, Curitiba, 2020, v. 6, n. 9, p. 72999-73010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Projeto pedagógico do curso de Administração Pública. FJP, Belo Horizonte, 2020a.

_____. Demandas Municipais e Produtos - 9º Edição Prinagem. Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo - GERI-EG. FJP, Belo Horizonte, 2020b.

_____. Relatório de Avaliação da 9º Edição do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – Prinagem. Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo - GERI-EG. FJP, BH, 2020c.

_____. Demandas Municipais - Formulário de Inscrição 10º Edição Prinagem. Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo - GERI-EG. *Google Forms*, 2021a.

_____. Relatório de Avaliação da 10a Edição do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – Prinagem. Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo - GERI-EG. FJP, Belo Horizonte, 2021b.

_____. Relatório Troca de Experiências 10º Edição Prinagem. Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo - GERI-EG. FJP, Belo Horizonte, 2021c.

_____. Planilha de Demandas Municipais - Formulário de Inscrição 11º Edição Prinagem. Gerência de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo - GERI-EG. FJP, Belo Horizonte, 2021d.

JANNUZZI, P. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

NASCIMENTO, F. G. M.; BENEDETTI, T. R.; SANTOS, A. R. Uso de Jogo Plague Inc.: uma possibilidade para o Ensino de Ciências em tempos da COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, 2020, v. 6, n. 5, p. 25909-25928.

NUNES, R. K. S., MACIEL, G. A. S., ALMEIDA, E.B., GUEDES, M. R., HENN, R. Desafio e adaptações da extensão universitária em tempos de pandemia: relato de experiência. *Revista Ciência Plural*, UFRN. 2021; 7(1):211-223.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986, p.38.

ROSSI, P., LIPSEY, M., HENRY, G. Evaluation: a systematic approach (8th ed.). London: Sage Publications, 2019.

SOUZA, W. M. DE, & MACEDO, E. C. Extensão em tempos de pandemia: as redes sociais como veiculadoras de educação em saúde. *RAÍZES E RUMOS*, 2020, 8(2), 336–347. Recuperado de <http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/10223>

TASSONI, D. S., CAS, E. M., OLIVEIRA, M. D., POLL, F. A., ETGES, B. I. Desafios da extensão universitária em tempos de pandemia Covid-19: um relato de experiência. *Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da UNISC*. Unisc, 2020.